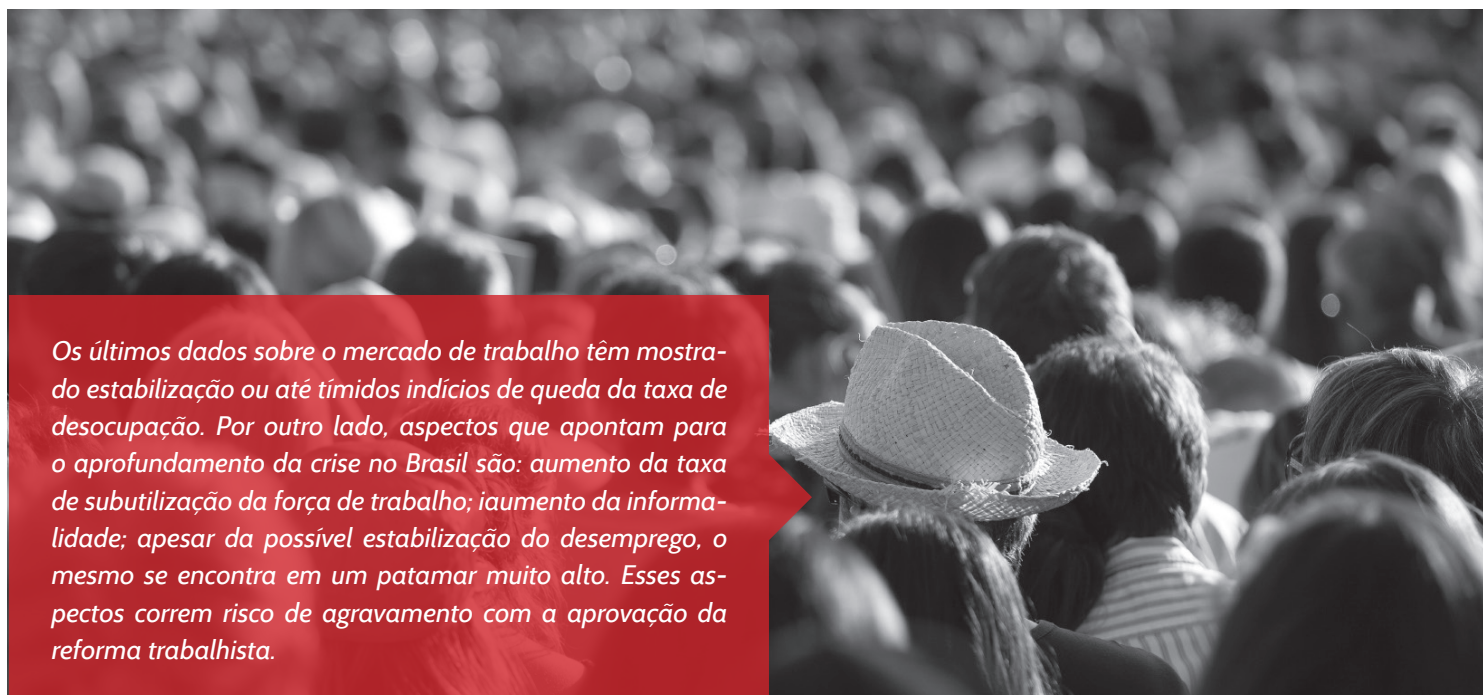


SOCIAL



Os últimos dados sobre o mercado de trabalho têm mostrado estabilização ou até tímidos indícios de queda da taxa de desocupação. Por outro lado, aspectos que apontam para o aprofundamento da crise no Brasil são: aumento da taxa de subutilização da força de trabalho; aumento da informalidade; apesar da possível estabilização do desemprego, o mesmo se encontra em um patamar muito alto. Esses aspectos correm risco de agravamento com a aprovação da reforma trabalhista.

MERCADO DE TRABALHO: ESTAMOS DIANTE DA RETOMADA?

Os últimos dados sobre o mercado de trabalho têm mostrado estabilização ou até tímidos indícios de queda da taxa de desocupação. O Caged mostrou um saldo positivo no mês, porém menor que o esperado, sendo o saldo no acumulado em doze meses ainda negativo. Os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) mostram relativa estabilidade, bem como os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

O governo tem comemorado tais dados como um sinal de que a crise passou e que o mercado de trabalho responde à também suposta recuperação econômica e à política econômica de Temer. No entanto, o pequeno crescimento econômico (de 1%) que o Brasil conseguiu no primeiro trimestre de 2017 ocorreu devido ao bom resultado do setor agrícola e às exportações. De resto, há indicadores que apontam uma retomada do crescimento e outros o aprofundamento da recessão. Além disso, existe um problema estatístico devido à mudança da metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no cálculo de itens que balizam as análises sobre o crescimento econômico, com a descontinuidade das séries antigas, o que dificulta a

comparação dos índices.

PED

Os dados do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da Fundação Seade para Regiões Metropolitanas (RM) selecionadas (Distrito Federal, Porto Alegre, Salvador e São Paulo) mostram que a taxa de desemprego total ficou praticamente estável de abril para maio. Entretanto, na comparação com o mesmo mês do ano passado, a taxa apresentou elevação em todas as RM, principalmente no Distrito Federal (2,6 p.p.) e São Paulo (1,2 p.p.).

A pesquisa mostra que a taxa de desemprego entre jovens com idade de dezesseis a 24 anos aumentou, atingindo 47,4% na região de Salvador e 43,6% no Distrito Federal. Ampliou também o tempo médio gasto pelos desempregados na procura por trabalho nas RM de Salvador, São Paulo e Porto Alegre.

Segundo posição na ocupação, persiste o aumento do trabalho autônomo nas quatro regiões, na comparação de doze meses. O emprego doméstico também se elevou de forma intensa no Distrito Federal e em Porto Alegre. Por outro lado, nessa última

região observou-se redução acentuada do assalariamento público e privado.

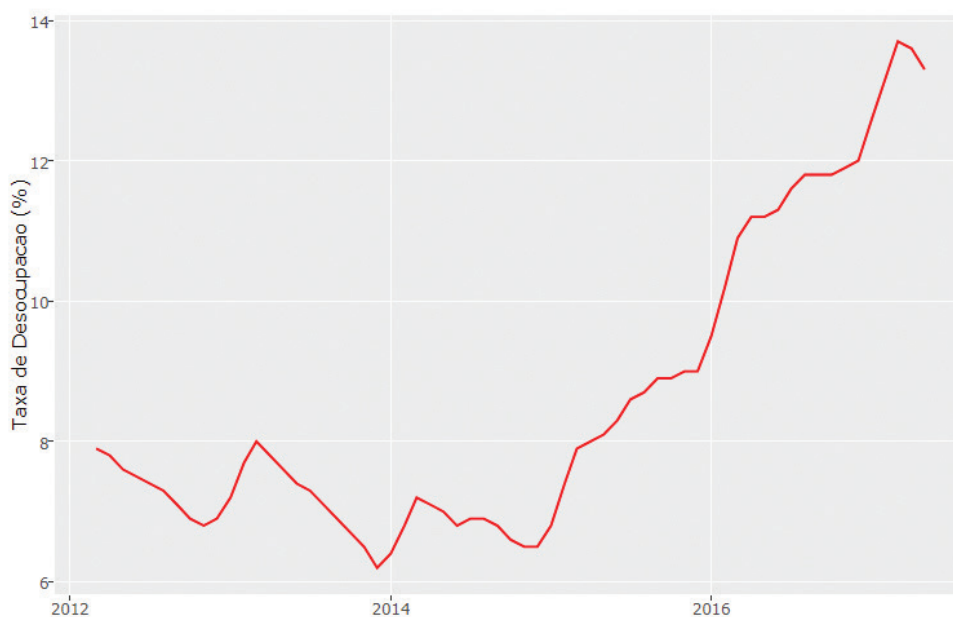
Nos últimos doze meses, o rendimento médio real dos ocupados aumentou nas RM do Distrito Federal (2,6%) e Salvador (9,2%), enquanto caiu nas RM de Porto Alegre (-6,7%) e São Paulo (-2,7%). Mas, na variação mensal, houve queda em Salvador e no Distrito Federal. Já o rendimento dos autônomos reduziu-se em todas as RM, principalmente em Porto Alegre (-7,9%).

Os dados indicam que a taxa de desemprego pode estar mais estável, mas em nível muito alto em relação aos últimos anos, o que para a população ainda não é uma boa notícia.

PNADC

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), para o trimestre com fim em maio de 2017, a taxa de desocupação foi de 13,3%. No trimestre imediatamente anterior tinha sido de 13,2%. No ano anterior, 11,2%. Apesar do quadro de estabilidade em relação ao trimestre anterior, essa foi a maior taxa de desocupação para o trimestre terminado em maio desde o início da série da pesquisa, como mostra o gráfico abaixo. Em relação ao trimestre anterior, os dados para população desocupada, população ocupada e nível de ocupação permanecem estáveis, mas com piora em relação ao mesmo trimestre no ano anterior

Taxa de desocupação (%) – PNAD Contínua



Fonte: Caged, elaboração Cecon-IE, Unicamp

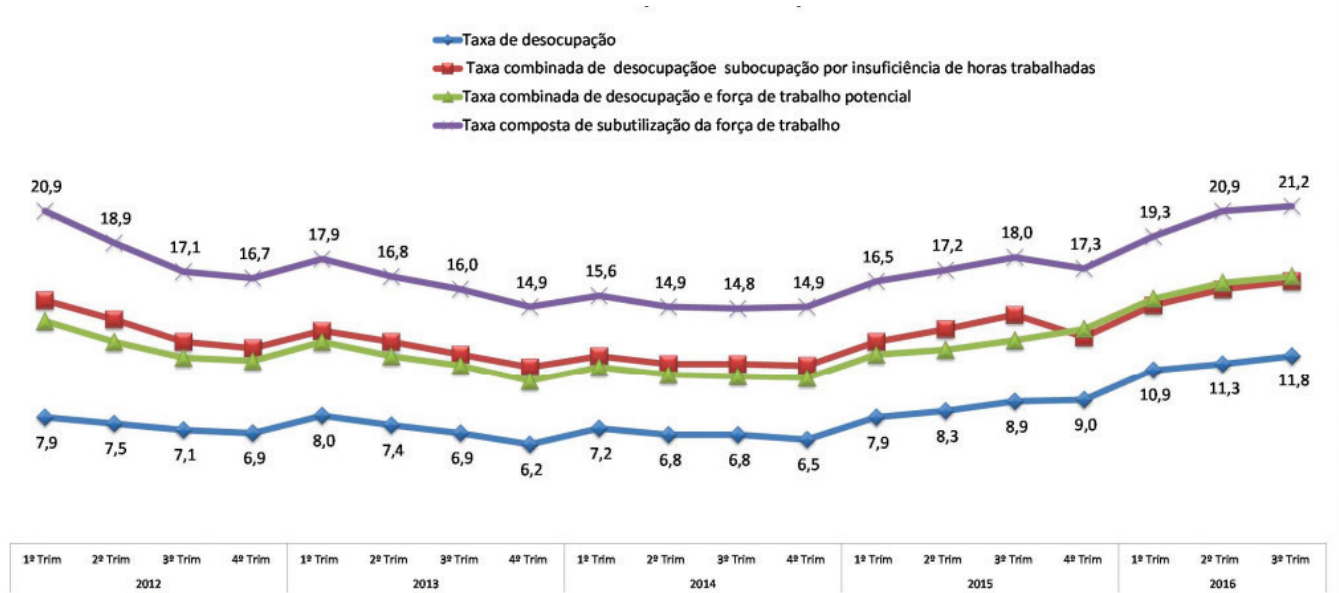
E, ainda, o número de empregados com carteira de trabalho assinada (33,3 milhões) apresentou redução frente ao trimestre dezembro-janeiro-fevereiro (-1,4% ou menos 479 mil pessoas) e no confronto com o trimestre de março a maio de 2016 (-3,4% ou redução de 1,2 milhão de pessoas). Há um crescimento dos vínculos sem carteira, o que indica um crescimento da informalidade.

Já o rendimento médio real habitual (2.109 reais) no trimestre encerrado em maio de 2017 permaneceu estável frente ao trimestre anterior (2.102 reais) e em

relação ao mesmo trimestre de 2016 (2.062 reais). A massa de rendimento real habitual (184,4 bilhões de reais) no trimestre encerrado em maio de 2017 também ficou estável nas duas comparações.

Com a possível estabilização da taxa de desocupação segundo a PNADC, é necessário olhar também para a taxa de subutilização da força de trabalho, que mede a quantidade de pessoas de catorze anos ou mais de idade que estão desocupadas, desistiram de procurar emprego e trabalham menos horas do que gostariam, como mostra o gráfico.

Taxa de Subutilização da força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade - Brasil (2012-2016)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua

Mesmo que a taxa de desocupação se estabilize, é provável que a taxa de subutilização continue a crescer, em especial com as novas formas de contratação legalizadas com a reforma trabalhista, que permitirão que as pessoas estejam ocupadas porém trabalhando um número reduzido de horas: o crescimento dessa taxa nada mais é que a comprovação da precarização do mercado de trabalho e, novamente, não é uma boa notícia para os trabalhadores brasileiros.

Caged

Em junho/2017, houve um saldo de 9.821 postos de trabalho formais em todo o Brasil, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No ano, acumula-se um saldo de 67.358 postos, mas o saldo em doze meses é negativo de 749.060. No mês, somente a região Sul apresentou saldo ne-

gativo. No ano, somente as regiões Norte e Nordeste mostraram saldo negativo, enquanto no acumulado em doze meses todas as regiões têm saldo negativo. Nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Belém, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, o saldo no mês foi negativo, assim como no ano e no acumulado em doze meses, como mostra a tabela.

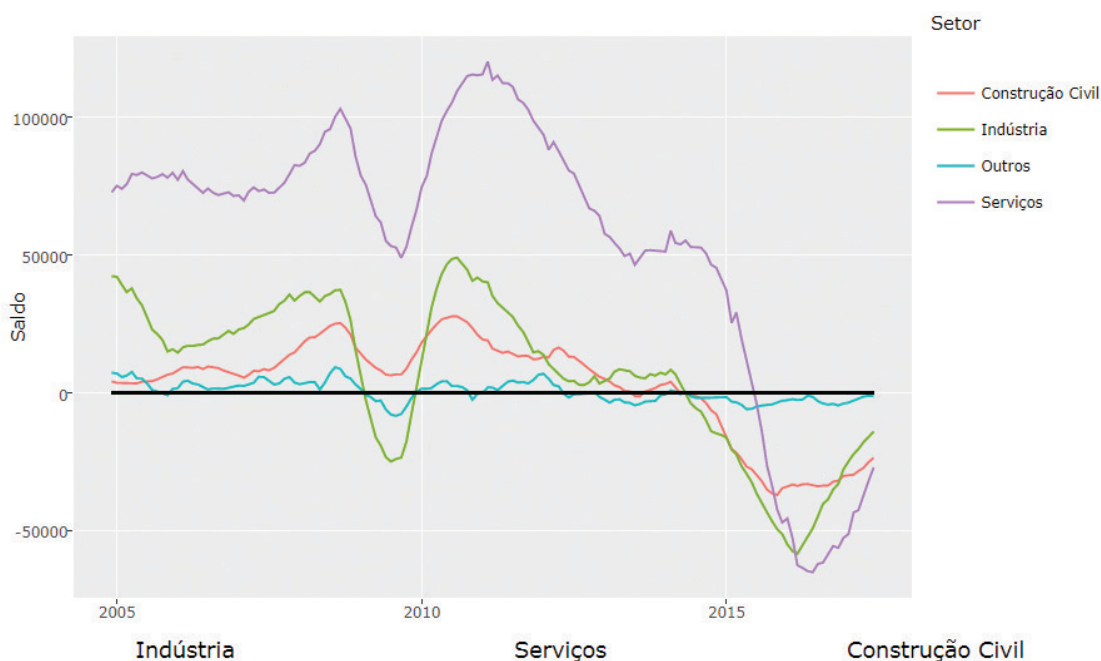
Quanto aos setores da economia, o resultado positivo de junho/2017 foi fortemente puxado pela agropecuária, que gerou saldo de 36.827 postos. O único outro setor com saldo positivo no mês foi a administração pública, com um saldo de 704 postos formais. No ano, comércio, construção civil e a extrativa mineral apresentam saldo negativo, enquanto os outros setores têm saldo positivo. No acumulado de doze meses, a agropecuária é o único setor com saldo positivo.

Evolução do emprego por nível geográfico e setor de atividade econômica, Brasil, junho/2017

NÍVEL GEOGRÁFICO	JUNHO/2017			NO ANO **			EM 12 MESES ***		
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO
TOTAL	1.181.930	1.172.109	9.821	7.523.289	7.455.931	67.358	14.423.653	15.172.713	-749.060
NORTE	50.936	49.089	1.847	308.742	321.155	-12.413	616.658	670.925	-54.267
NORDESTE	160.726	155.745	4.981	987.880	1.084.210	-96.330	2.041.631	2.179.323	-137.692
SUDESTE	622.305	613.032	9.273	3.885.042	3.817.628	67.414	7.408.270	7.878.236	-469.966
SUL	228.160	242.780	-14.620	1.592.791	1.546.129	46.662	2.958.002	3.022.279	-64.277
CENTRO-OESTE	119.803	111.463	8.340	748.834	686.809	62.025	1.399.092	1.421.950	-22.858
REGIÕES METROPOLITANAS	431.966	452.224	-20.258	2.742.070	2.870.571	-128.501	5.443.741	5.889.266	-445.525
SETORES									
TOTAL	1.181.930	1.172.109	9.821	7.523.289	7.455.931	67.358	14.423.653	15.172.713	-749.060
1.EXTRATIVA MINERAL	2.948	3.131	-183	18.167	19.611	-1.444	33.716	42.249	-8.533
2.INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	187.226	195.113	-7.887	1.272.404	1.244.628	27.776	2.358.250	2.515.565	-157.315
3.SERV INDUST DE UTIL PÚBLICA	5.639	6.296	-657	40.429	39.142	1.287	69.605	76.932	-7.327
4.CONSTRUÇÃO CIVIL	105.754	114.717	-8.963	681.955	715.119	-33.164	1.342.646	1.625.900	-283.254
5.COMÉRCIO	292.961	295.708	-2.747	1.799.043	1.922.281	-123.238	3.654.881	3.728.536	-73.655
6.SERVIÇOS	471.988	479.261	-7.273	3.087.596	3.026.839	60.757	5.907.116	6.123.358	-216.242
7.ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.520	3.816	704	49.983	31.611	18.372	67.721	79.944	-12.223
8.AGROPECUÁRIA	110.894	74.067	36.827	573.712	456.699	117.013	989.718	980.228	9.490
9.IGNORADO	0	0	0	0	1	-1	0	1	-1

O gráfico abaixo ilustra a evolução do saldo acumulado em doze meses por grandes setores.

Saldo Caged por grande setor, média móvel 12 meses (2005-2017)



Fonte: Caged, elaboração Cecon-IE, Unicamp

Um aspecto que pode apontar, de um lado, para a recuperação do mercado de trabalho é o aumento do percentual de unidades de negociação, segundo o Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-Dieese), que obtiveram reajustes maiores ou iguais que o INPC a partir de julho de 2016: apesar de o resultado do ano de 2016 ter sido de um reajuste médio de 0,52% abaixo da inflação, os resultados foram piores no início do ano para os trabalhadores e melhores ao final, ou seja, tenderam a melhorar. Por sua vez, os dados da PNADC referentes à renda média real habitual de todos os trabalhos (portanto, englobando somente ocupados) também mostram um aumento de meados de 2016 em diante. Tal movimento indicado no SAS - Dieese, na PNADC e de certa forma da PED como exposto anteriormente quanto aos rendimentos pode ser explicado: pela queda da inflação, que torna menos problemático o aumento real dos salários; a demissão de trabalhadores com vínculos mais precários e piores salários com a crise, o que jogaria a renda média habitual de todos os trabalhos para cima.

Por outro lado, aspectos que apontam para o aprofundamento da crise do mercado de trabalho brasileiro são: aumento da taxa de subutilização da força de trabalho; aumento da informalidade; apesar da pretensa estabilização do desemprego, este se

encontra em um patamar muito alto. São esses aspectos, fundamentalmente, que correm risco de serem agravados com a aprovação da reforma trabalhista que, por um lado, pode gerar mais desemprego no curto prazo (o que pode ser comprovado com os diversos planos de demissão voluntária que foram anunciados por várias empresas); torna legais vínculos antes considerados ilegais e portanto mais precários em sua essência, o que poderia em tese diminuir o desemprego mas aumentar as ocupações precárias (e possivelmente a taxa de subutilização como medida pela PNADC); ao rebaixar direitos e salários do trabalhador ao empregador, a reforma realiza uma “transferência de renda” do trabalhador ao empregador, o que pode ter um efeito perverso no consumo, pois o trabalhador tem maior propensão a consumir que o empregador. Resumidamente, como a renda do trabalhador é menor, ele tende a gastar maior proporção de seu salário e poupar menor parte, o que tem efeito direto na atividade econômica.

Assim, mesmo que venham a ocorrer crescimento econômico e queda da desocupação, com a reforma trabalhista e a mudança dos parâmetros legais que fundamentalmente precarizam o mercado de trabalho, podemos afirmar que tal crescimento e queda ocorrerão com maior desigualdade social, em especial entre capital e trabalho.